



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Educação Inclusiva:

**Intervenções do Coordenador Pedagógico na Identificação de Crianças
com Características de Altas Habilidades/Superdotação**

Zilda de Souza Costa

Orientadora Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos
Tutora Orientadora Profa. Ma. Lucilene Costa e Silva

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Zilda de Souza Costa

**Educação Inclusiva:
Intervenções do Coordenador Pedagógico na Identificação de Crianças
com Características de Altas Habilidades/Superdotação**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica, sob a orientação da Profa. Dra. Rita Silvana Santana de Castro e da tutora Profa. Ma. Lucilene Costa e Silva

TERMO DE APROVAÇÃO

Zilda de Souza Costa

Educação Inclusiva: Intervenções do Coordenador Pedagógico na Identificação de Crianças com Características de Altas Habilidades/Superdotação

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos – UAB/UnB
(Professora-orientadora)

Profa. Ma Lucilene Costa e Silva – SEEDF
(Examinadora interna)

Profa. Ma Suze Sabino da Silva – SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

Ao meu filho (presente de Deus) de quem já ouvi muitas vezes: “*gente normal me assusta*” (American Horror Story). Seu jeito peculiar de ver o mundo me desafia a crescer a cada dia e confesso ser difícil acompanhar seu raciocínio... Tu és a razão principal do meu empenho na caminhada de conhecer e contribuir para a promoção de uma educação, não apenas inclusiva, mas, de qualidade aos estudantes com características de altas habilidades/superdotação.
Amor eterno...

AGRADECIMENTOS

Ao único que é digno de receber, a honra, a glória, a força e o poder – Deus Pai, Filho e Espírito Santo – o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim de todas as coisas;

Aos meus amados esposo e filho pela paciência, apoio e companheirismo nos momentos mais difíceis; a toda a família que contribuiu direta ou indiretamente para a persistência em todos os anos de vida escolar e para a conclusão desse curso;

Às amigas e irmãs em Cristo: pelas orações e palavras de incentivo;

À equipe gestora, às amigas e colegas da SEE/DF que participaram de momentos de estudo sobre o tema e, prontamente, responderam ao questionário, colaborando para o processo de construção da pesquisa;

À equipe da sala de recursos de altas habilidades/superdotação - Sobradinho/DF: pela orientação de como funciona o trabalho e pela dedicação no atendimento e promoção de uma educação inclusiva e de qualidade aos nossos filhos;

Ao coordenador de orientação de monografia Márcio Ferreira, a orientadora professora doutora Rita Silvana e,

Com muito carinho, à tutora do curso Helane Moreira e a tutora orientadora da monografia, professora mestra Lucilene Costa: por serem profissionais competentes, dedicadas e seres humanos lindos e amorosos que não me deixaram desanimar e desistir nos momentos difíceis da caminhada. Deus escolheu as pessoas certas para iluminarem o meu processo de aprendizagem.

Infinitamente, muito obrigada!

Aponte para o Espelho

Dizem que só Deus pode julgar, mas eles olham, e antes de entender criam conceitos.

Olham para mim sem me enxergar, convencidos pela informação que a mídia vende.

Nunca me entenderá, até que um dia eu mesmo mostre a minha essência, o meu respeito.

Aponta o dedo na minha cara, que eu vou abrir meu peito para ver se você consegue enxergar o que é que vem de dentro.

Ver com outros olhos é se colocar em outras mentes (outras vidas), é repensar em tudo que foi decretado como certo.

O que é o certo além de moralismo para me botar nos trilhos, nos quais eu não me encaixo?

Pra mim o certo é o respeito entre todos

Ver com outros olhos é se colocar em outras mentes (outras vidas), é repensar em tudo que foi decretado como certo.

O que é o certo além de moralismo?

Tira esse dedo da minha cara e aponte pro espelho!

Consegue enxergar o que é que vem de dentro?

(Pense HC)

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi investigar a importância das intervenções do coordenador pedagógico na identificação de crianças com características de altas habilidades/superdotação (AH/SD). Foi utilizada a abordagem qualitativa e teve como técnica/ instrumento de coleta de dados um questionário que foi aplicado a doze educadores de um Centro de Educação Infantil de Sobradinho. Realizou-se também, análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e de avaliações de cinquenta e cinco crianças do primeiro período (quatro anos), do referido CEI. Os participantes da pesquisa demonstraram o entendimento de que, apesar do DF ser pioneiro no atendimento aos estudantes com essas características, nota-se ainda muito desconhecimento das necessidades e direitos desses sujeitos, dificultando sua identificação e a promoção de uma educação de qualidade, com respeito às diferenças e ritmos de aprendizagem, sendo inadmissível a “exclusão” de um determinado grupo dentro de um processo de educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Altas Habilidades/Superdotação; Coordenação Pedagógica.

Lista de Quadros

1. Comparativo TDA/H e AH/SD-----	19
2. Teoria dos três anéis-----	20
3. Resultado das avaliações das crianças-----	29
4. Comparativo das respostas dos questionários-----	29

SUMÁRIO

Memorial Descritivo	10
Introdução	12
Capítulo 1: Referencial Teórico	16
Capítulo 2: Relação entre TDA/H e AH/SD	20
2.1. Breve Histórico da Educação Inclusiva no DF.....	22
2.1.2. Histórico do Atendimento de AH/SD na SEE/DF:.....	23
2.2. Coordenação Pedagógica no DF	24
Capítulo 3: Metodologia	27
3.1. Análise de dados	29
3.1.1. Análise documental	29
3.1.2. Questionários	31
3.2. Contribuições do Coordenador Pedagógico	35
Considerações Finais	39
Referências	42
Apêndice A: Entrevista sobre Superdotação	44
Apêndice B: Modelo de Questionário Utilizado	48

Memorial Descritivo

Nasci, fui criada e estudei até a terceira série em área rural, depois, continuei morando em área rural e estudando na cidade. Pobre, negra, órfã de pai e mãe, sem um referencial de família, morava com irmãos/ãs solteiros/as, com leve problema de fala (agravado pela timidez) que me gerava algumas “gozações” por parte de colegas e até adultos. Sempre fiz parte da “minorias”, nunca me senti “normal”. Trabalhei por doze anos em escola de zona rural, fiz meu trabalho de conclusão de curso da graduação sobre currículo e diversidade e as minorias das escolas rurais.

A maioria dos irmãos/ãs casados/as tiveram filhos com algum tipo de necessidade especial: epilepsia, paralisia cerebral, leucemia, síndrome de Down (que estudou por muitos anos no Centro de Ensino Especial)... Quando me casei e resolvemos ter filhos, sabia que havia um risco maior de ter algum tipo de “problema”.

Meu filho não apresentou nenhuma “anormalidade” (além de ser canhoto), mas na idade escolar observei que ele esquecia ou perdia as coisas, não parava quieto, “tentava pegar voo” em frente à TV ou no computador, geralmente, quando ficava sozinho. Argumentava demais, preferia programas educativos: Animal Planet, Discovery, History, NatiGeo. Era bem diferente dos seus pares.

No quarto ano, como a escola não percebia nada muito diferente, apenas que conversava muito, mas sempre com ótimas notas, sem estudar muito, não apresentava um problema a ser investigado. Mas sabia que havia algo diferente, que poderia prejudicá-lo nas séries mais avançadas, que exigissem maior concentração e agilidade. Comecei a investigar o Transtorno do Déficit de Atenção (TDA/H), levei a um neurologista pediátrico comprometido que preferiu fazer outras intervenções e não utilizar medicamentos sem que fosse estritamente necessário, e, durante as investigações, com ajuda de uma pessoa que estava se formando em psicologia, conheci a sala de recursos de altas habilidades, onde ele foi diagnosticado com altas habilidades/superdotação na área acadêmica e desde então, faz acompanhamento em sala de recurso, neurológico, psicológico e/ou

psicopedagógico. Os exames também constataram déficit de atenção, o que está relacionado ao fato de ter maior atenção aos assuntos de seu interesse, com dificuldade em tarefas longas e repetitivas. O déficit de atenção pode aparecer como uma comorbidade de uma inteligência acima da média.

Ao longo dos anos descobri que atuei vários anos com alunos portadores de necessidades educativas especiais sem diagnóstico e sem saber. Algumas vezes, tenho certeza que consegui atendê-los com qualidade mesmo sem diagnóstico, outras tantas, tenho certeza que foram prejudicados em seus direitos educacionais e de pessoa humana. Dependendo da necessidade, a escola pode ser uma fonte de “sofrimento” para alguns alunos.

Após quinze anos de atuação em sala de aula (três anos em turmas da referida escola), em 2012 fui convidada para atuar na supervisão pedagógica. A vice-diretora, por já ter participado das equipes de apoio pedagógico da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF), sentiu a necessidade de realizar uma segunda formação em psicologia, se especializando em Diagnósticos, devido a demandas e impasses da falta de informação e instrumentos adequados de diagnóstico dos estudantes da SEE, sempre buscando a visão pedagógica das avaliações, procurou despertar o interesse do grupo sobre as fases do desenvolvimento infantil e, juntamente com a orientadora educacional, desenvolveu a avaliação através do desenho, que têm contribuído muito com a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico.

A mesma, devido à sua particular especialização, durante os momentos de atendimento individual das crianças, realiza também um breve diagnóstico do nível de inteligência e desenvolvimento das turmas de quatro anos, objetivando melhor planejamento das intervenções necessárias para o ano letivo seguinte, visando o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

Durante os momentos de coordenação pedagógica, procuramos promover o debate sobre a educação inclusiva e, especialmente, incentivar a percepção das características de altas habilidades/superdotação, buscando levar os educadores a repensar sua postura e direcionar o olhar para as inúmeras possibilidades de aprendizagem envolvidas no contexto diversificado de uma sala de aula.

Introdução

Apesar de a escola pública apresentar avanços no que se refere à educação inclusiva, percebe-se que há um grupo que, muitas vezes, é excluído quando se fala em inclusão.

O objetivo da educação especial inclusiva é ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. Assim, a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento. (Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Educação Inclusiva p. 11).

Embora a Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação, o Currículo da Educação Básica e o DECRETO Nº 36.461, DE 23 DE ABRIL DE 2015, que regulamenta a Lei nº 5.372, de 24 de julho de 2014, garantirem o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação, entre outras leis, convenções e decretos, percebe-se que quando um professor encaminha um aluno para o Serviço de Orientação Educacional (SOE) ou equipe pedagógica, geralmente, se investiga problemas de aprendizagem ou de comportamento, com base nas dificuldades. Nas hipóteses levantadas, quase nunca se pensa em potencialidades, parecendo ser a educação inclusiva direito apenas dos portadores de alguma deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento (TGD).

Ainda de acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica (Educação Especial), preconiza o seguinte:

A inclusão de alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) ainda é um tema pouco discutido, principalmente por mitos que impedem educadores de perceber com mais clareza estudantes que apresentam características de superdotação e quais são suas necessidades educacionais. Muitas são as pesquisas que evidenciam a preocupação acerca do desperdício de talentos de uma nação, ocasionado pela falta de políticas e estratégias educacionais que possibilitem a identificação de comportamentos de superdotação, talento, criatividade, e também por escolas que não desenvolvem práticas educacionais capazes de propiciar o desenvolvimento desses comportamentos (ALENCAR; FLEITH, 2001, p. 33)

A educação especial evidencia o atendimento a estes alunos, mas, de acordo com Alencar e Fleith (2001), normalmente, observa-se certo preconceito em relação aos mesmos. São vistos como privilegiados que deveriam apresentar excelentes resultados já que são inteligentes e muitas vezes, podem ser confundidos com TDA/H (Ourofino e Fleith, 2005) devido a características de desatenção, aparente rebeldia por questionamentos inadequados, por se saírem bem em uma área e, às vezes, serem péssimos em outras e pela inquietação constante diante de atividades pouco atrativas.

Acabam ficando excluídos dos seus direitos por desconhecimento de professores e equipes pedagógicas de avaliação. O sistema educacional nivela os alunos na média. Quem está em qualquer uma das pontas (abaixo ou acima da média) representa problema devido à formação deficiente dos educadores e equipes e à própria organização do sistema escolar.

De acordo com a Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades/Superdotação do DF, Brasília é precursora do atendimento educacional especializado desde 1976. Mais de 1500 alunos são atendidos no DF, mas, os índices ainda são muito baixos devido ao desconhecimento e falta de identificação e encaminhamento desses alunos, que, muitas vezes sobrevivem a escola ou abandonam os estudos por não se adequarem ao sistema educacional, ao contrário de países de primeiro mundo, que apresentam programas de recrutamento específico para estes alunos, por entenderem que são possíveis contribuintes para melhoria da qualidade de vida da humanidade, se forem bem trabalhados em suas áreas de interesse.

A realização desta pesquisa se justifica pelo fato de atuar diariamente com crianças com dificuldades de aprendizagem, relacionados à falta de atenção e concentração, muitas vezes relacionadas a uma inteligência alta, sendo que, um dos grandes problemas da educação é tratar pessoas diferentes de forma igual e exigir resultados iguais a todos. O professor precisa aprender a identificar as crianças que necessitam de atenção especial, sendo que o coordenador pedagógico pode contribuir muito com conhecimento e as intervenções que se fizerem necessárias.

Este trabalho tem por finalidade fazer um estudo sobre o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais na educação infantil, tendo como objetivo geral investigar a importância das intervenções do coordenador pedagógico na identificação das crianças com características de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e como objetivos específicos: identificar as bases legais da educação inclusiva; estabelecer relação entre as características comuns aos estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDA/H) e Altas Habilidades Superdotação (AH/SD) e analisar a função do coordenador pedagógico no que se refere à educação inclusiva.

Devido à necessidade de atender a demanda da Educação Infantil, levando em consideração a legislação que prevê a matrícula obrigatória de crianças de quatro e cinco anos, no ano de 2008 foram feitas 120 matrículas novas para turmas de 1º período, através do telematrícula, não sendo considerada a estrutura física de um CEI de Sobradinho. Como não havia salas de aula suficiente para atender os novos alunos, novas turmas foram criadas como anexo da referida escola, em salas sobressalentes, dentro de um centro de ensino médio. O referido anexo foi alojado em um espaço adaptado, ocupando 06 salas, sendo: 03 salas de aula, 01 sala de coordenação, 01 sala de vídeo e jogos e outra adaptada para o funcionamento da cozinha junto com o depósito de merenda.

Em 2009 houve a troca do local com a regional de ensino, para um prédio administrativo adaptado, que foi “reformado” (não houve adequação para um ambiente escolar) para receber 204 alunos. Em julho de 2009 o CEI deixou de ser anexo e se tornou uma escola independente, apesar de não haver infraestrutura adequada para desenvolver a proposta pedagógica para educação. Nos anos seguintes, através de verbas adquiridas através de festas e da APM, algumas melhorias foram feitas na estrutura da escola, como: parquinho, piscina, TVs e DVDs em todas as salas e brinquedos pedagógicos, apresentando hoje, um trabalho pedagógico de qualidade, percebido pela comunidade em que a mesma está inserida. O nível socioeconômico e cultural das famílias varia pouco de ano para ano, sendo avaliado através de

questionário socioeconômico que os pais/responsáveis respondem no início de cada ano letivo.

A referida escola dispõe, atualmente, de 22 funcionários, sendo 04 da equipe gestora (diretora, vice-diretora, secretário e supervisora pedagógica), 08 professoras, 01 monitora, 01 orientadora educacional, 03 porteiros, 01 merendeira e 04 funcionários da conservação e limpeza (02 concursados e 02 terceirizados).

A mesma equipe gestora da escola foi novamente escolhida por meio de eleições diretas (Gestão Democrática) em novembro 2013 e conta com a participação do Conselho Escolar e Conselho Fiscal na tomada de decisões e administração das verbas públicas, destinadas à manutenção da instituição.

A pesquisa foi realizada nesse contexto de um Centro de Educação Infantil de Sobradinho que atende no momento, em média 180 alunos na faixa etária de quatro e cinco anos, distribuídos em oito turmas, sendo três de primeiro período e cinco de segundo período. Destas turmas três eram de integração inversa (um aluno foi transferido para outro estado e a turma, apesar de ter uma aluna com deficiência física, por ser de baixa necessidade, voltou a ter o número normal de alunos), ficando duas turmas reduzidas: uma de primeiro período com um aluno DF/médias necessidade e uma turma de segundo período com um aluno autista. Alguns alunos são matriculados com a suspeita ou diagnóstico de TDA/H e alguns apresentam características de Altas Habilidades Superdotação.

CAPÍTULO I

Referencial Teórico

De acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica do DF:

A educação especial é uma modalidade de educação escolar, de natureza complexa, oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os níveis e demais modalidades que estruturam a oferta educacional no Estado Brasileiro... Desde a Constituição de 1988 (inciso III do artigo 208), a Educação Especial está garantida como dever do Estado... Atualmente, esta é uma questão contemplada nos normativos que regem a educação nacional, expressa em legislação, incorporada e naturalizada na e pela sociedade, a fim de assegurar o processo educativo das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação. (p. 8)

A educação inclusiva no Brasil tem sido assunto de muito debate atualmente, uma vez que as crianças estão chegando às escolas, sendo incluídas em classes comuns ou de integração inversa, sem o devido preparo prévio do professor ou adequação do ambiente escolar.

Quando se pensa em educação especial, geralmente, fica evidente a deficiência física, visual ou intelectual, a síndrome de Dawn ou o transtorno global do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, entre outros. Ultimamente, após um bombardeio de diagnósticos de transtorno do déficit de atenção, principalmente, quando relacionado com a hiperatividade, começou a se pensar no atendimento especializado para estas crianças, mas, muito raramente, se fala de altas habilidades/superdotação, embora o atendimento seja referência no Distrito Federal.

Algumas das características do TDA/H podem estar presentes em indivíduos com inteligência acima da média, considerando criatividade, pensamento original e produtividade em atividades que envolvam a sua área de interesse, embora haja poucos estudos específicos, no Brasil, que relacionem as duas condições.

Ourofino (SEEDF) e Fleith (Unb - 2005) realizaram um estudo comparativo entre superdotados com dupla excepcionalidade, hiperatividade/déficit de atenção:

A literatura mostra que muitos profissionais da área médica e psicológica não estão familiarizados com as características emocionais e sociais dos superdotados, o que leva à

elaboração de diagnósticos imprecisos. Em geral, a confusão diagnóstica ocorre porque o comportamento inadequado é atribuído a uma condição patológica ao invés de comportamentos típicos dos indivíduos superdotados. Muitos autores afirmam, de um lado, que os superdotados têm sido incorretamente identificados como portadores de TDAH devido aos critérios adotados serem fundamentados nas ciências médica e pedagógica sem se considerar o conhecimento do campo da superdotação (Baum & Olenchack, 2002; Baum & cols., 1998; Cramond, 1995; Kaufmann & Castellanos, 2000; Kaufmann & cols., 2000; Webb & Latimer, 1993).

Segundo a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), entre 3 e 7% das crianças na fase escolar apresentam características de TDAH (Disfunção Cerebral Mínima até 1987).

De acordo com o psicólogo Sam Goldstein, estudioso e autor de diversos livros sobre TDAH, o transtorno aparece, na maior parte dos casos, na primeira infância, permanece em 3 a 5% na idade adulta, não considerando etnia, classe social ou grau de inteligência.

Para Goldstein (2006) o transtorno pode ser caracterizado por hiperatividade, impulsividade e/ou déficit de atenção, interferindo em várias áreas da vida do indivíduo, podendo ser percebido precocemente, mas sendo de difícil diagnóstico preciso antes dos quatro a cinco anos.

Segundo Jensen (1999), por ser um transtorno de origem orgânica, as crianças mais propensas ao desenvolvimento do transtorno são: 50% filhos de pais hiperativos, 5 a 7% de irmãos, 55 a 92% de gêmeos e, para ele, 50 a 60% continuam com os sintomas na vida adulta. Entretanto, há muitos pesquisadores que defendem que não seja hereditário e acreditam no seu desenvolvimento por desequilíbrio químico cerebral.

Nos adultos os sintomas podem ser mascarados, vistos como doença, proporcionando problemas nos relacionamentos interpessoais, organizacionais, alterações de humor e outras comorbidades como o uso de substâncias (drogas). Segundo Barkley (2002) e Phelan (2005), com o diagnóstico precoce os sintomas podem ser reduzidos e melhorar a qualidade de vida do indivíduo.

O transtorno é mais comum em indivíduos do sexo masculino. Os portadores de TDAH apresentam dificuldade em tarefas que exijam maior concentração, parecem desligados, agem mais por impulso, dificuldade em ficar quietos (excessiva atividade motora ampla) e em obedecer regras,

podendo externar ou não os sintomas, às vezes, gerando apenas uma inquietação e insatisfação interna, com excessiva atividade cerebral. Estudos ainda não estabeleceram os danos que podem ser causados pelo uso de medicação por longo prazo.

Segundo Renzulli (1986), os indivíduos superdotados ou talentosos precisam apresentar as características dos três anéis: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa (motivação) e criatividade. Mesmo com uma inteligência acima da média em um teste de inteligência, o indivíduo precisa da combinação dessas características para ser considerado superdotado.

Para o pesquisador, a criatividade vai além da produção artística, se relaciona com um pensamento original e a capacidade de deixar de lado as ideias convencionais.

Para Silverman (2001), os portadores de altas habilidades/superdotação geralmente apresentam fluência verbal incomum, perfeccionismo, sensibilidade às questões sociais, criatividade, perseverança, aprendizagem rápida e demonstram grande senso de humor.

Alencar e Fleith (2001) tratam também dos casos especiais de superdotados como as crianças prodígios, o savant, superdotado com síndrome de Asperger e indivíduos talentosos com síndrome de Willians. Em qualquer dos casos, o diagnóstico torna-se mais difícil devido às características conjuntas com outras síndromes.

Ainda segundo as autoras, o superdotado geralmente apresenta perfeccionismo, autocrítica excessiva, supersensibilidade, casos de baixo rendimento acadêmico, isolamento e potencialidades em áreas diferentes e, por apresentarem características emocionais bem distintas, torna-se importante incluir o aconselhamento psicológico a estes alunos (as) e um ambiente educacional favorável ao seu pleno desenvolvimento.

No livro, “Superdotados: Determinantes, Educação e Ajustamento”, as autoras chamam a atenção sobre o baixo investimento na educação desses estudantes:

Nota-se que, no Brasil, as iniciativas voltadas para a educação do superdotado são ainda muito limitadas. Há reduzidos investimentos tanto na formação de professores quanto na implementação de programas educacionais. Observa-se um conjunto de ideias errôneas sobre o superdotado e resistência

por parte de muitos educadores no que diz respeito a um atendimento diferenciado ao aluno que se destaca por habilidades superiores. (ALENCAR; FLEITH, 2001, p.165)

Para Virgolim (2007) em Altas Habilidades/Superdotação – Encorajando Potenciais, “a inteligência, a criatividade, o entusiasmo e a habilidade das crianças constituem-se não só no bem maior de uma nação, como também são uma fonte revigorante, duradoura e infindável.”(p. 15)

Estudantes com essas características lidam com um sistema educacional que nivela pela média, com profissionais despreparados para identificá-los e atendê-los conforme prevê a legislação, muitas vezes são isolados pelos seus pares, dificuldade em se concentrar em atividades fora de sua área de interesse, exigência de que todos tenham o mesmo resultado pelo mesmo caminho, dificuldade em compreender o pensamento divergente.

Pesquisas demonstram a necessidade de atendimento educacional especializados para esses indivíduos, uma vez que, embora havendo discordâncias filosóficas, apresentam dificuldade em se relacionar com seus pares, se sentem incompreendidos, até mesmo na família, perdem o interesse por atividades repetitivas, entre outras dificuldades apresentadas, incluindo ter que lidar com as ideias errôneas sobre os superdotados como: gênios, que são bons em tudo, tiram sempre boas notas, são “nerds”, não precisam de atenção especial, são privilegiados.

CAPÍTULO II

Relação entre TDA/H e AH/SD

Para a coleta de dados da pesquisa foi utilizado um questionário, que foi aplicado a doze educadores de um CEI (vice-diretora, psicólogo educacional, orientadora, coordenadora pedagógica e professoras). De acordo com as respostas dos questionários, a maioria dos sujeitos participantes percebe a relação entre as características de TDA/H e AH/SD, o que se reflete na realidade das crianças. O estudante com altas habilidades apresenta alto nível de concentração, o problema é que se concentra apenas naquilo que considera interessante. Segue abaixo um quadro comparativo de algumas características que podem ser comuns entre os dois grupos:

Quadro 01 – Comparativo TDA/H e AH/SD

Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade	Altas Habilidades/Superdotação
<ul style="list-style-type: none"> .Dificuldade em manter a atenção .Inquietude .Impulsividade .Falta de atenção aos detalhes .Antipatia por tarefas repetitivas .Facilmente distraído .Dificuldade de relacionamento com outras crianças .Fala excessiva/ansiedade .Dificuldade em aguardar a vez .Questionador (não gosta de respostas superficiais) 	

Fonte: Própria autoria

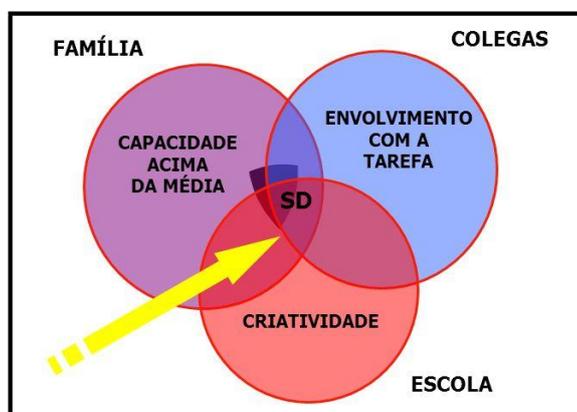
Por apresentarem essas características em comum, principalmente as crianças pequenas podem ser erroneamente identificadas e até diagnosticadas como TDA. Segundo Pérez (2007), a criança com capacidade de assimilação

acima da média, geralmente, não consegue se concentrar nas aulas por muito tempo, ficando entediada, por isso pode parecer desmotivada.

Renzulli (1984) define o superdotado como uma combinação de três itens essenciais: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade, conforme quadro a seguir:

Quadro 02 – Teoria dos três anéis

Concepção proposta por Joseph Renzulli Teoria dos Três Anéis(1986)



Fonte: Renzulli, Joseph S; REIS, Sally M. The Three-ring conception of giftedness: A Developmental Model for Creative Productivity. The Triad Reader. Connecticut: Creative Learning Press, 1986

Dependendo de como esse indivíduo se comporta em sala de aula, ele pode facilmente ser confundido com uma criança com déficit de atenção, e, se assim for diagnosticada, fica muito difícil reverter a visão a respeito do aluno. Se for o contrário é mais aceitável normalmente, mas, uma vez “definido” como TDA/H dificilmente se pensa em outras possibilidades.

Na sala de recursos de altas habilidades se encontra também a dupla excepcionalidade: alunos com altas habilidades e déficit de atenção tem sido uma combinação bem comum.

Conforme Alencar e Fleith (2001), muitos são os mitos sobre os superdotados: muitas vezes vistos como gênios ao longo da história; a ideia de que são capazes de crescer sozinhos; que a família e o estudante não devem saber sobre suas habilidades superiores; que o aluno, por si só, sempre apresentará um bom rendimento escolar.

O indivíduo superdotado geralmente é curioso, persistente e possui senso de humor desenvolvido, podendo também, apresentar problemas emocionais, com senso de justiça muito aguçado, perfeccionismo, inconformismo, sensibilidade emocional e muitos apresentam subdesenvolvimento escolar em um ambiente pouco desafiador, começando nas séries iniciais. As características variam entre os indivíduos, mas algumas delas prevalecem na maioria dos casos.

2.1. Breve histórico da educação inclusiva no DF:

Em 1968 foi criado o atendimento Psicopedagógico na Escola Parque 307/308 Sul (Brasília-DF), passando por várias mudanças ao longo dos anos. Com base no Currículo em Movimento de Educação Básica (educação especial- p. 12- 19):

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente. (p.12)

A Constituição Federal de 1988 “legitimou o atendimento educacional especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais”; a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); a Lei de Diretrizes e Bases (1996); Resolução no. 02/2001 do Conselho Nacional de Educação; o Decreto no. 3956/2001; a Lei no. 3218/2003, “que dispõe sobre a Universalização da Educação Inclusiva em escolas da rede pública do Distrito Federal”; Lei no. 10.436/2002 (Língua Brasileira de Sinais); Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência; Decreto no. 6.571/2008; a Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto no. 6.949/2009), a Resolução no. 04/2009; Decreto no. 7.611/2011 que revoga o decreto de 2008; Resoluções no. 01 e no. 10/2012; Lei 12.764/2012; Lei no. 5.016/2013; (acrescentando o decreto no. 36.461/2015, que regulamenta a Lei no. 5.372/2014), “que garante o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades e superdotação”.

De acordo ainda com o Currículo em Movimento da Educação Básica:

Na última década, para fazer valer esse direito para todos, e neste todos se incluem estudantes com altas habilidades/superdotação, estudantes com transtornos globais de desenvolvimento e aqueles com deficiências física, intelectual e sensorial, as políticas públicas em âmbito federal, estadual, municipal e distrital começam a sinalizar para ações mais concretas nessa direção... (p.15)

Para o atendimento aos estudantes as ações são: implantação de salas de recursos multifuncionais; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); parceria com instituições públicas de educação superior; ações interministeriais; organização de núcleos para altas habilidades/superdotação e de centros de apoio aos estudantes surdos; acesso ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE).

A Orientação Pedagógica (OP- GDF, 2010) traz avanços em relação à OP das Equipes Especializadas de Apoio a Aprendizagem (EEAA). O documento EEAA "...traz as novas diretrizes técnicas e pedagógicas para atuação dos profissionais que compõem as Equipes Especializadas de Apoio a Aprendizagem – EEAA, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal." O serviço oferecido "tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas...".

Cabe às equipes EEAA: mapeamento institucional, assessoria ao trabalho coletivo, acompanhamento do processo de ensino aprendizagem, discussões sobre práticas de ensino e intervenções nas situações de queixas escolares e relatórios de avaliação e intervenção educacional.

2.1.2. Histórico do Atendimento de AH/SD na SEE/DF:

Em 1976 o Projeto "Levantamento das Características do aluno Superdotado e/ou Talentoso nas Escolas Parques 303/304 Norte e 313/314 Sul" aplicou instrumentos de identificação a três mil alunos de 1ª a 6ª séries do Ensino Fundamental. Este foi primeiro passo para o desdobramento de ações que culminaram na oferta do Atendimento Especializado Específico aos Alunos Superdotados e Talentosos do Distrito Federal a partir de 1977.

As ações foram centradas nas áreas de interesse dos alunos com atividades que visavam o aprofundamento e

enriquecimento curricular como Artes Plásticas, Ciências, Educação Musical e Educação Física.

Em 1979 o Atendimento foi ampliado aos alunos de 7ª e 8ª séries, e no decorrer dos anos 80 atingiu também o ensino médio.

O atendimento inicial mantinha ênfase nas áreas acadêmicas, com o passar do tempo outros componentes curriculares passaram a integrá-lo com cênicas, plásticas e música.

Em 1993 a Lei Orgânica do Distrito Federal garantiu em artigo 232 o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com superdotação e deficiência em todas as etapas da Educação Básica, com exceção da Educação Infantil que teve em 1997 teve a experiência piloto “Observação dos Sinais e Precocidade” realizada na Educação Precoce. (DISTRITO FEDERAL, 1997) permitindo a orientação à família e o acompanhamento de crianças na faixa etária de 0 a 4 anos apresentando primeiros sinais indicadores de precocidade.

Em 2000 foi adotado nas salas de recursos do Atendimento para altas habilidades/ superdotação o Modelo dos “Três Anéis”, proposto por Renzulli (1994).

Em 2006 foi implantado o Núcleo de Atendimento aos Alunos de Altas Habilidades/ Superdotação em um trabalho integrado com a proposta do Ministério da Educação – SEESP que tinha o objetivo de viabilizar a formação de professores e profissionais para o atendimento aos alunos e a organização e dinamização dos serviços e recursos para o desenvolvimento educacional desses estudantes, o NAAHS funcionou até 2007 no Centro de Ensino Fundamental 18 de Taguatinga.

Em 2008 a estrutura do NAAHS foi integrada à SEDF, porém com adequação ao organograma institucional já existente. Desse modo o serviço passou a ser denominado Atendimento Educacional Especializado ao Estudante com Altas Habilidades/ Superdotação (AEE- AH/SD).

As unidades de Atendimento Especializado em Altas Habilidades/ superdotação serão responsáveis pelas atribuições relativas à execução dos serviços ofertados nas respectivas salas de recursos. (SEDF, 2010)

Em 2011 com a nova estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal foi criado o Núcleo para Altas Habilidades e superdotação, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Coordenação de Educação Inclusiva.

O Núcleo funciona a nível central e coordena todas as atividades do Atendimento Educacional Especializado ao Estudante com Altas Habilidades/ Superdotação (AEE- AH/SD).

(Fonte: Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades/Superdotação do DF)

No DF os alunos são atendidos em salas de recursos, distribuídas em dezenove escolas, sendo 70% das vagas para estudantes da rede pública e 30% das vagas destinadas aos alunos da rede particular de ensino.

2.2. Coordenação Pedagógica no DF:

O tempo destinado à coordenação pedagógica nas escolas do DF, bem como, a instituição da figura do coordenador pedagógico é bastante recente e

resultado de muita luta da categoria de professores. Até 1995 o coordenador não era dispensado da regência de classe e acumulava as duas funções. A partir de 1997 conquistou-se o direito de ocupar exclusivamente a função da coordenação visando melhoria na qualidade do planejamento e o espaço e tempo de formação continuada dos educadores.

De acordo com a Portaria de Distribuição de Turmas da SEEDF (portaria 284, de 31 de dezembro de 2014), prevê que o coordenador seja escolhido pela equipe de professores no início do ano letivo, antes do procedimento de escolha de turma, apresentando um retrocesso em seu artigo 22, determinando que o mesmo só pudesse assumir a sua função após o término do primeiro bimestre letivo.

Quando não há indicação da própria escola, o mesmo é convidado de fora:

Art. 21. Caso a unidade escolar não possua professor interessado para o exercício das atividades de coordenação pedagógica local, o coletivo dos professores e a equipe gestora poderão indicar professor de outra unidade escolar, desde que esteja em exercício na Coordenação Regional de Ensino a que a unidade escolar interessada esteja vinculada, devendo ter sua indicação referendada por seus pares em Ata específica, desde que não tenha participado do Procedimento de Remanejamento Interno/Externo e atenda aos requisitos do art.17.

O número de coordenadores varia de acordo com a portaria de cada ano, levando em conta o número de turmas e de alunos da escola.

As atribuições do coordenador pedagógico nem sempre são explícitas, apresentando uma identidade que ainda está em construção. Suas atribuições são regidas pelo regimento escolar de cada instituição.

Uma das dificuldades encontradas pelo coordenador, vistas em vários estudos e discussões sobre o tema, se refere à substituição de professores, o que traz prejuízo ao desenvolvimento de suas funções, como promover momentos de estudos, avaliação das atividades previstas no PPP, acompanhamento do planejamento individual, entre outras.

Ainda conforme a referida Portaria, nos Centros de Ensino Especial os coordenadores serão distribuídos da seguinte forma:

Art. 30. Nos Centros de Ensino Especial haverá, de acordo com o atendimento ofertado: 1 - 2 (dois) Coordenadores Pedagógicos Locais generalistas, de 40 (quarenta) horas

semanais, para o Programa de Atendimento Pedagógico Especializado e Programa de Oficinas Pedagógicas; II - 1 (um) Coordenador Pedagógico Local generalista, de 40 (quarenta) horas semanais, para o Atendimento Educacional Especializado Complementar; III - 1 (um) Coordenador Pedagógico Local generalista, de 40 (quarenta) horas semanais, para o Atendimento Educacional Especializado do Programa de Educação Precoce, caso haja; IV - 1 (um) Coordenador Pedagógico Local generalista de 40 (quarenta) horas semanais para o Programa de Atendimento Interdisciplinar; V - 1 (um) Coordenador Pedagógico Local para o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, para atendimento curricular específico; VI - 1 (um) Coordenador Pedagógico Local para o Centro de Atendimento aos Surdos, para atendimento curricular específico.

As salas de recursos são vinculadas à Coordenação do Ensino Especial, que possui um núcleo central de promoção do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que pode acontecer na própria escola (quando houver) ou em outra instituição de ensino pública, confessional ou conveniada.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

A pesquisa tem o objetivo de investigar a importância das intervenções do coordenador pedagógico na identificação das crianças com características de altas habilidades/superdotação, sendo que, busca ainda compreender as causas da dificuldade na identificação e atendimento adequado das necessidades desses alunos nas classes do ensino regular, considerando que, muitas vezes, são confundidos e diagnosticados como portadores do transtorno do déficit de atenção. (Ourofino e Fleith, 2005)

Buscando compreender melhor o problema, a pesquisa a ser desenvolvida será qualitativa, de revisão bibliográfica sobre características e identificação de estudantes com altas habilidades/superdotação, estabelecendo relação com as características de TDA/H, pretendendo observar as dificuldades na identificação e atendimento adequados a este grupo distinto de alunos.

A pesquisa de abordagem qualitativa se preocupa em aprofundar a compreensão de um determinado assunto/problema, não buscando quantificar e sim, aprofundar a visão sobre um determinado tema e, embora seja criticada pelo envolvimento emocional do pesquisador, se mostrou a metodologia mais adequada ao objetivo do trabalho a ser investigado, levando em consideração a sua justificativa.

Creswel (2007, p. 186) define como principal característica da pesquisa qualitativa, o fato do ambiente natural ser a fonte direta de dados e o pesquisador, o seu principal instrumento, preocupando-se mais com o processo do que com o produto, analisando como o problema se manifesta no cotidiano.

Para se alcançar os objetivos propostos, fez-se a análise de diferentes obras como publicações em revistas, artigos acadêmicos e livros de autores como Sam Goldstein (1998, 2006), estudioso e autor de diversos livros sobre TDA/H; Jensen (1999), Barkley (2002) e Phelan (2005), Silverman (2001), Ourofino e Feith (2005), Virgolim (2007) e, principalmente, Josef Renzulli (1986, 2004), Alencar e Fleith (2001), que muito têm contribuído para a

identificação, compreensão das necessidades e avanços no atendimento dos alunos com características de AH/SD.

O estudo baseou-se em revisão da literatura em livros (Superdotados, Determinantes, Educação e Ajustamentos; Altas Habilidades/Superdotação, Encorajando Potenciais; Necessidades Educacionais Especiais; Mentes Inquietas; entre outros), sites diversos e pesquisas acadêmicas da área, bem como, utilizou-se de questionários que foram realizados com doze educadores de um centro de educação infantil e uma análise documental, pois, de acordo com o texto “Técnicas mais Usuais de Coletas de dados”:

Uma das primeiras fontes de informação a serem consideradas é a existência de registros na própria organização, sob a forma de documentos, fichas, relatórios ou arquivos em computador. O uso de registros e documentos já disponíveis reduz tempo e custo de pesquisas para avaliação. Além disto, esta informação é estável e não depende de uma forma específica para ser coletada.

Os participantes da pesquisa foram 12 sujeitos, sendo 11 professoras, aqui denominadas como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 (coordenadora pedagógica), P10 (orientadora educacional), P11 (vice-diretora), uma vez que todas as participantes possuem formação no Magistério e/ou em Pedagogia e experiência em sala de aula e P12 (psicólogo educacional).

Inicialmente, pretendeu-se desenvolver a pesquisa em um CEI e em uma sala de recursos de AH/SD, visando um maior aprofundamento do tema, acrescentando também a visão dos alunos e da pedagoga itinerante da sala de recursos a respeito do assunto. No entanto, devido ao período da greve dos funcionários da SEEDF e da viagem¹ da pedagoga itinerante com a equipe da sala de recursos, não foi possível fazê-lo, pois, não havia tempo hábil para o desenvolvimento do trabalho em duas instituições, portanto, optou-se pela aplicação de questionários e análise documental apenas em um CEI na região administrativa de Sobradinho DF.

Os instrumentos utilizados foram: um questionário, com dez questões abertas e fechadas, aplicado a doze educadores do CEI e análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e de avaliações realizadas com

¹ Viagem para participação na Etapa Nacional da OBR em Minas Gerais – a equipe foi campeã do nível 01 e vice-campeã do nível 02, da etapa regional do Campeonato de Robótica (DF), concorrendo com escolas públicas e particulares.

cinquenta e cinco crianças do primeiro período, onde se observou o quantitativo delas com possíveis características de AH/SD e as fases do desenvolvimento infantil. A avaliação é realizada todo ano nas turmas de quatro anos devido ao fato de que os mesmos permanecerão na escola no ano seguinte, objetivando programar as intervenções que se fizerem necessárias. Nas reuniões de pais da referida escola, os mesmos são informados de que são realizados testes psicológicos e evolução do desenho infantil com finalidade pedagógica, com o objetivo de planejar intervenções pedagógicas e dar suporte ao trabalho do professor em sala de aula, com todo cuidado necessário para que não ocorra nenhum tipo de segregação nas turmas. As famílias são chamadas na escola sempre que houver necessidade e os dados individuais são confidenciais, sendo passado ao professor apenas as informações relevantes sobre a sua turma.

3.1. Análise de Dados:

Os instrumentos de coleta de dados foram escolhidos visando alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, sendo utilizados análise documental e questionário.

3.1.1. Análise documental:

01. Projeto Político Pedagógico: analisando o PPP da escola percebe-se que não há referência clara e objetiva em relação à educação inclusiva, menos ainda, especificamente sobre características de AH/SD. A ideia fica intrínseca quando, no documento, se faz menção “ao estudo das fases do desenvolvimento infantil”, bem como, quando cita os fins e princípios norteadores da SEEDF, na página 18: “a educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais, civis e sociais.”

E, na função social da escola:

Proporcionar condições que garantam a construção dos conhecimentos da realidade social e cultural, favorecendo o desenvolvimento das possibilidades humanas, corporais, afetivas, emocionais, cognitivas, éticas e estéticas, por meio de situações de cuidados, de brincadeiras e de aprendizagens orientadas. Contribuindo, assim, para seu desenvolvimento e a

formação de indivíduos atuantes, críticos, conscientes, que respeitem e valorizem as diferenças e o meio ambiente. (PPP, p.10).

Ou seja, a escola visa, em sua proposta de trabalho pedagógico, o desenvolvimento de atividades que proporcionem o pleno desenvolvimento das crianças, entretanto, se faz necessário ter o cuidado de deixar claro quem são essas crianças e como elas se desenvolvem, como constroem o conhecimento, quais suas necessidades, que diferenças são essas que precisam ser respeitadas, qual o perfil de professor que se faz necessário para que a escola realmente “favoreça o desenvolvimento das possibilidades humanas” e promova a formação de cidadãos conscientes e atuantes, sem “desperdício de talentos”.

02. Avaliação realizada pela vice-diretora (formação em psicologia) e pela orientadora educacional (formação em psicopedagogia), utilizando teste psicológico de inteligência, desenho (figura humana), testes de percepção visual e de vocabulário, aplicado a 55 alunos do primeiro período (04 anos), de um Centro de Educação Infantil de Sobradinho. O registro feito pelas avaliadoras demonstrou o seguinte resultado:

Intelectualmente Abaixo da Média	Intelectualmente Dentro da Média	Intelectualmente Acima da Média	Intelectualmente Superior
20	19	02	14

Fonte: Própria autoria

De acordo com as avaliações realizadas pela vice-diretora e pela orientadora educacional, apresenta-se um quadro interessante onde se percebe que, praticamente, 25% das crianças avaliadas apresentaram uma capacidade intelectual superior, o que por si só não garante o atendimento educacional especializado, mas, que deveriam ser encaminhadas posteriormente para uma avaliação mais detalhada no núcleo de atendimento a crianças que apresentam essas características, bem como demonstra a necessidade de um trabalho mais direcionado pelo professor em sala de aula.

De acordo com as aplicadoras das avaliações, muitas crianças avaliadas apresentaram um percentil de inteligência superior a 90%, mas, talvez, devido

a pouca idade, a maioria dos professores não percebeu o potencial elevado. Provavelmente estão ofuscadas pelo percentual de crianças com possíveis problemas de aprendizagem ou de comportamento, que são, geralmente, encaminhadas ao SOE para avaliação da orientadora e da equipe de apoio à aprendizagem.

3.1.2. Questionários:

Buscando alcançar o objetivo da pesquisa, os questionários, contendo dez questões abertas e fechadas, foram aplicados a doze sujeitos de um Centro de Educação Infantil de Sobradinho, nos meses de outubro e novembro de dois mil e quinze. Segue abaixo o quadro comparativo das respostas:

Quadro 04 – Comparativo das respostas dos questionários					
Perguntas	P1	P2	P3	P4	P5
01- Formação acadêmica e tempo de serviço na área de educação:	Pedagogia; 21 anos	Pedagogia; 23 anos	Pedagogia; 21 anos	Pedagogia; 17 anos	Pedagogia (aposentada/ contrato temporário)
02- Tem curso na área de educação inclusiva?	Estimulação Precoce	Braille e Estimulação Precoce	TDA/H	Não	Deficiências múltiplas
03- A escola promove momentos de estudos sobre educação inclusiva?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Você participou do momento de estudo sobre AH/SD promovido este ano?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Contribuiu para o seu entendimento do assunto?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
04- Que conhecimento você tem sobre altas habilidades/ superdotação?	Pouco Conhecimento	Conhecimento sem aprofundamento (palestras, leitura)	Participação em palestras e aprofundamento em momentos da coordenação	Pouco conhecimento	Conhecimentos básicos
05- Você tem conhecimento da teoria dos três anéis de Joseph Renzulli?	Não	Não	Sim, sem aprofundamento	Não	Sim
06- Quais características de altas habilidades/ superdotação você já identificou ou identifica em seus alunos?	Na educação Infantil: desenho artístico	Rapidez na resolução de problemas, artes, dança, música	Sim, área musical, argumentativos, sem interesse nas atividades	Ainda não identificou nenhum aluno	Liderança e raciocínio lógico

07- Você consegue perceber alguma semelhança entre as características de alunos com TDA/H e AH/SD?	Sim	Sim	Não respondeu	Sim. Distração, inquietação, agitação	Sim. Inquietação, fala excessiva
08- Em sua opinião, o atendimento educacional especializado é necessário para os alunos com características de AH/SD?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
09- Como o coordenador pode colaborar na identificação, encaminhamento e acompanhamento pedagógico dessas crianças, especialmente, na educação infantil?	Acompanhamento e sugestão de atividades	Elo entre professor, família e equipe de atendimento	Promover estudos, debates, buscar especialistas	Parceiro do professor para ouvir e investigar	Acompanhamento para identificar e encaminhar com mais segurança
10- Faça um breve comentário de como você percebe o processo de inclusão nas escolas do DF e na escola onde você trabalha:	Há grande interesse dos professores e da equipe gestora da escola em promover educação inclusiva e de qualidade	Necessária, mal implantada, turmas lotadas, falta de preparo	Positiva, precisa ser melhorada, falta de preparo do professor e do ambiente	Percebe grande esforço para a inclusão no DF	Falta de conhecimento, falta de preparo

Perguntas	P6	P7	P8	P9 Coordenadora Pedagógica
01- Formação acadêmica e tempo de serviço na área de educação:	Letras; gestão e orientação educacional; 10 anos	Pedagogia; 08 anos	Pedagogia; 07 anos	Mestranda em educação; 05 anos
02- Tem curso na área de educação inclusiva?	DA, DI, DM, TGD	Não	TGD	Não
03- A escola promove momentos de estudos sobre educação inclusiva?	Sim Sim Sim	Sim Sim Sim	Não Não Não	Sim
04- Que conhecimento você tem sobre altas habilidades/ superdotação?	LDB	Pouco conhecimento, através do momento de estudo na escola	Não tem conhecimento	Habilidade superior à média, acompanhada de alto QI, rapidez de aprendizagem, bom raciocínio, criatividade e curiosidade, pode apresentar distúrbios psicológicos se não for bem acompanhado
05- Você tem conhecimento da teoria dos três anéis de Renzulli?	Não	Não	Não	Sim

06- Quais características de altas habilidades/ superdotação você já identificou ou identifica em seus alunos?	Aprendizagem rápida, desenho, escrita ou cálculo matemático	Ao longo do ano aprendi que existem várias áreas em que a criança pode se destacar	Nunca identifiquei	Não está atuando em sala de aula este ano
07- Você consegue perceber alguma semelhança entre as características de alunos com TDA/H e AH/SD?	Sim. Inquietação	Sim	Não	Sim
08- Em sua opinião, o atendimento educacional especializado é necessário para os alunos com características de AH/SD?	Sim	Sim	Sim	Sim
09- Como o coordenador pode colaborar na identificação, encaminhamento e acompanhamento pedagógico dessas crianças, especialmente, na educação infantil	Planejar atividades adequadas, jogos	Auxiliar o professor: identificação, estimulação e promoção de atividades apropriadas	Nunca teve aluno com AH/S	Orientando os professores quanto a esta especificidade e atendimento existente
10- Faça um breve comentário de como você percebe o processo de inclusão nas escolas do DF e na escola onde você trabalha:	Excelente caminho para crescimento, precisa ser mais organizada e consciente, falta de monitores	Tem muito a avançar, sugestão de palestras e estudos para diagnóstico e trabalho com as crianças, conhecimento mais acessível e parte do currículo diário	Existe falta de preparo dos professores	Não ocorre verdadeiramente em todas as escolas; na escola, percebe o empenho em promover o crescimento do aluno

Perguntas	P10 Orientadora Educacional	P11 Vice-diretora	P12 Psicólogo Escolar
01- Formação acadêmica e tempo de serviço na área de educação:	Especialização em orientação educacional e psicopedagogia 14 anos	Pedagogia e psicologia; 22 anos	Psicologia, gestão de RH, Psicopedagogia, Docência no Ensino Superior; 08 anos em psicologia clínica e organizacional 04 anos em educação
02- Tem curso na área de educação inclusiva?	TDA/H e TGD	Ensino especial; atendimento em AH/S	Psicopedagogia

03- A escola promove momentos de estudos sobre educação inclusiva?	Sim	Sim	Sim
04- Você tem conhecimento se o PPP da escola apresenta questões relevantes sobre a educação especial?	Sim (PPP) – a escola promove estudos e oficinas com especialistas nas áreas de necessidade e sobre o currículo	Sim. Compreensão do desenvolvimento infantil	Não
05- Como é realizado o atendimento feito por você e pela equipe psicopedagógica aos alunos que são encaminhados para avaliação? Existe esse olhar da possibilidade se AH/SD?	Sim	Sim	Sim, mas o foco costuma ser nas dificuldades
06- Que conhecimento você tem sobre altas habilidades/superdotação? Há alunos com essas características na escola?	Sim. Habilidade superior, rapidez de pensamento, curiosidade; lei 5372/24-07-2014; LDB...	Sim. Formam um grupo heterogêneo, diferem em interesses e habilidades (MEC – SEE)	AH pode ser em uma ou várias áreas, pode haver comprometimento nas habilidades sociais, há portarias e leis que apoiam o atendimento, deve haver adequação curricular
07- Você consegue perceber alguma semelhança entre características de alunos com TDA/H e AH/SD?	Sim	Sim	Sim
08- Em sua opinião, o atendimento educacional especializado é necessário para os alunos com características de AH/SD?	Sim	Sim	Não
09- Como o coordenador pode colaborar na identificação, encaminhamento e acompanhamento pedagógico dessas crianças, especialmente, na educação infantil	Dar suporte aos professores quanto à identificação	Articular discussões sobre o tema	Observar as potencialidades, adequar atividades, oferecer desafios, capacitar pais e professores
10- Faça um breve comentário de como você percebe o processo de inclusão nas escolas do DF e na escola onde você trabalha:	Há um longo caminho a percorrer para aperfeiçoamento dos profissionais e recursos pedagógicos da SE para um trabalho de qualidade	Pouco se faz para melhorar a avaliação, identificação e acompanhamento dos alunos com AH/S	Não é apenas colocar todos juntos, é favorecer para que TODOS se sintam juntos, muito discurso e pouca ação para uma educação realmente inclusiva
Fonte: Própria autoria			

De acordo com os questionários, os sujeitos têm entre 04 e 25 anos de atuação em educação, dois são formados em psicologia, dois possuem

formação em orientação educacional e dois em psicopedagogia. Apenas 03 não têm curso na área de educação inclusiva/especial e apenas 01 apresenta curso na área pesquisada.

Das respostas levantadas, oito sujeitos participaram do momento de formação sobre AH/SD na escola; dois afirmam ter algum conhecimento da teoria dos três anéis de Renzulli; dez concordam que há semelhanças entre características de TDA/H e AH/SD; onze entendem que o atendimento educacional especializado é necessário; todos os sujeitos concordam: que a escola promove momentos de estudo sobre educação inclusiva/especial de acordo com as necessidades apresentadas; que têm pouco conhecimento sobre o assunto abordado; apresentam visão positiva da inclusão, mas, que ainda há muito para avançar, que há falta de preparo dos professores, do ambiente escolar e falta de apoio da SEEDF para as escolas que recebem as crianças, como a falta de monitores, por exemplo; que o coordenador pode colaborar na identificação e encaminhamento das crianças com as referidas características;

Para a orientadora educacional existe o olhar diferenciado para as características de AH/SD nas crianças que são encaminhadas para avaliação, já para o psicólogo da equipe de apoio, que realiza as avaliações juntamente com o SOE, o olhar existe, mas em menor intensidade, pois, o foco é maior nas dificuldades e não nas potencialidades.

3.2. Contribuições do Coordenador Pedagógico:

Segundo Alencar e Fleith (2001), o cenário do Brasil ainda está longe de atender as necessidades dos superdotados:

Nota-se que, no Brasil, as iniciativas voltadas para a educação do superdotado são ainda muito limitadas. Há reduzidos investimentos tanto na formação de professores quanto na implementação de programas educacionais. Observa-se um conjunto de ideias errôneas sobre o superdotado e resistência por parte de muitos educadores no que diz respeito a um atendimento diferenciado ao aluno que se destaca por habilidades superiores. (p.165)

Diante desse cenário e das respostas dadas pela maioria dos sujeitos nos questionários, há um desconhecimento dos direitos e necessidades das

crianças com características de superdotação. Inicialmente, têm-se a ideia de que os estudantes com essas características deveriam ser muito bem sucedidos na vida escolar, o que nem sempre é realidade para muitos, sendo que, muitos talentos, pessoas que poderiam contribuir positivamente na sociedade se suas habilidades fossem estimuladas e desenvolvidas, ficam perdidas no emaranhado das salas de aula, até mesmo escondidas por constante fracasso escolar.

A coordenação pedagógica tem tempo destinado à formação continuada e o coordenador é uma figura central na promoção desse ambiente favorável ao aprendizado. O mesmo pode contribuir, segundo os participantes da pesquisa, promovendo estudos sobre o tema, buscando parcerias para promoção de oficinas, contribuindo com sugestões de atividades a serem desenvolvidas.

Os estudos devem ser voltados, por se tratar de educação infantil, para a identificação de características específicas, conversa com a família e sugestão, no relatório descritivo, de posterior encaminhamento da criança para avaliação da equipe especializada.

Não há nenhum prejuízo se a criança for encaminhada e der um diagnóstico negativo, mas, se ela for uma criança superdotada sem o atendimento adequado, o prejuízo pode ser irreparável, não só para ela e a família, mas para toda a sociedade. A identificação e promoção do pleno desenvolvimento das habilidades dessas crianças estão além de uma questão de direitos, é uma questão humana e social.

Conforme Virgolim (2007):

No movimento atual de uma educação inclusiva, torna-se essencial entendermos que todo aluno tem direito a um ambiente educacional flexível e responsivo, adaptado ao seu nível e ritmo de aprendizagem, que permita certo nível de escolha de tópicos de seu interesse e que promova a excelência no estudo. Nesse sentido, esforços devem ser feitos para permitir mudanças no currículo oferecido para estes alunos ainda na escola regular. (p. 57)

Como representante dos professores, o coordenador deve primeiro buscar compreender o tema, para então, promover as discussões com segurança devido aos inúmeros questionamentos que surgem, buscando o

apoio da equipe de AEE- AH/SD (com atendimento desde 1976) e da sala de recursos de AH/SD que realiza o trabalho com alunos da rede pública e particular (30% das vagas). O Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) mantém o atendimento da Unidade de Atendimento ao Aluno Superdotado (UAS), Unidade de Atendimento ao Professor (UAP) e Unidade de Apoio à Família (UAF), através da pedagoga itinerante da sala de recursos.

Costa (2011), afirma que:

Os professores, ao assumirem o compromisso de atuar em sala de aula inclusiva, demandarão o aprendizado do acolhimento das diferenças sensoriais, físicas e cognitivas dos alunos, buscando, assim, compreender, enfrentar e superar os estereótipos existentes em relação às minorias, no caso, os alunos da educação especial, buscando nos desafios da educação inclusiva as perspectivas para uma escola pública democrática e aberta à diversidade dos alunos, tendo isso como princípio norteador de sua práxis pedagógica. (p.69)

Teoricamente, o professor não estará sozinho na caminhada da promoção de uma escola inclusiva, devendo buscar meios de proporcionar o aprendizado que alcance as especificidades presentes em sua sala de aula.

Não cabe ao coordenador o diagnóstico dessas crianças, assim como cabe à equipe de apoio psicopedagógico avaliar as crianças que são encaminhadas, mas, antes do encaminhamento precisa haver a identificação que pode levar algum tempo, depois, procede ao encaminhamento, avaliação e diagnóstico, mas, antes de tudo isso, os profissionais envolvidos com o processo educativo precisam ter o conhecimento necessário, e, nesse ponto, o coordenador deve contribuir promovendo as discussões e estudos sobre o assunto, bem como, as bases legais da educação especial e inclusiva.

O coordenador pedagógico não deve ser visto como o principal responsável pela promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Existem vários outros fatores incluídos, perpassando pela própria formação dos profissionais da educação, espaços físicos inadequados, falta de recursos humanos e materiais, entre outros. No entanto, o enfoque da pesquisa foi analisar as suas contribuições na identificação e promoção de uma educação

adequada, que atenda os direitos dos estudantes com características de superdotação/talentosos.

A figura do coordenador pedagógico precisa estar envolvida nesse processo, sendo o elo entre a equipe de professores, já que o mesmo coordena a elaboração dos projetos e propostas de trabalho pedagógico, procurando estar atento no incentivo ao planejamento de atividades que promovam o desenvolvimento integral das crianças, de forma prazerosa.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa ficou evidente a importância das intervenções do coordenador pedagógico na promoção de estudos e conhecimento sobre o tema abordado. A maioria dos participantes demonstrou pouco entendimento sobre o assunto, havendo certa controvérsia já que todos compreendem a necessidade da identificação e atendimento educacional especializado aos estudantes com características de altas habilidades/superdotação.

Embora a inclusão seja vista como um processo muito significativo e correto para as crianças, a pesquisa demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer devido à falta de preparo prévio do professor, ambiente escolar inadequado, falta de monitores, falta de pedagogos específicos nas instituições escolares, já que, nas escolas pequenas a equipe de apoio psicopedagógico apenas completa carga horária, mas nem sempre o tempo disponível da equipe é compatível com as necessidades da escola, sendo um dos pontos que confirma que há uma grande distância entre o real e o ideal quando se fala em educação inclusiva.

Nenhum dos participantes discorda de que a inclusão seja um caminho edificante e de direito da pessoa humana, no respeito à suas particularidades, mas, o processo foi visto como sendo implantado de forma arbitrária, sem preparação dos profissionais envolvidos, das famílias e do ambiente escolar, então, embora seja o correto a ser feito, está sendo implantado de forma que ainda não garante o acesso de TODOS a uma educação realmente inclusiva e de qualidade, que respeite as diferenças de fato.

Uma escola verdadeiramente inclusiva deveria partir do princípio da formação e treinamento de seus profissionais que também possuem suas próprias peculiaridades e a criança não pode apenas contar com “a sorte” de ter um professor capacitado, mas, é um direito dela ser atendida por profissionais habilitados, em um ambiente adequado e equipado, bem como, o profissional tem o direito também de ser preparado para atuar de forma efetiva na aprendizagem e formação do indivíduo, desenvolvendo suas potencialidades e respeitando suas limitações.

Conforme a maioria dos participantes da pesquisa é evidente a necessidade de identificação e atendimento educacional especializado às crianças com características de AH/SD, mas alegam ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto, alguns não se dão conta de que os mesmos estão inclusos no Currículo de Educação Especial como portadores de necessidade educacionais especiais, voltando à atenção para os casos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e problemas de aprendizagem.

A identificação desses sujeitos não objetiva criar rótulos, mas, sim, uma questão de direito a intervenções pedagógicas adequadas ao pleno desenvolvimento de suas capacidades. Apresenta-se como um desafio ao professor devido à rapidez de raciocínio e interesse por outras ou por várias áreas do conhecimento, que, muitas vezes ultrapassa o limite da aprendizagem do educador. Também é um desafio para as famílias que muitas vezes se sentem perdidas no emaranhado de perguntas, certezas, incertezas e questionamentos dos filhos, que muitas vezes, precisarão ser atendidos não só nas suas necessidades pedagógicas, mas, precisarão também de apoio psicológico e psicopedagógico, buscando um melhor ajustamento familiar e social, visando o real desenvolvimento pleno do ser humano.

O coordenador pedagógico, como contribuinte da promoção de uma escola inclusiva, pode buscar parcerias para oficinas e sugestões de atividades para essas crianças, objetivando desenvolver um projeto de aprendizagem diversificado, de forma que envolva o maior número possível de habilidades a serem desenvolvidas pensando nas turmas como um ambiente de múltiplas especificidades.

Quando se pensa na coordenação pedagógica como espaço e tempo de formação continuada, pensa-se também na figura do coordenador como facilitador desse processo de estudo.

Levando-se em conta a alegação de desconhecimento do tema, o coordenador pode contribuir promovendo o debate, levantando questões relevantes sobre a educação especial e inclusiva, oportunizando momentos de reflexão sobre “quem é esse aluno superdotado/habilidoso”, despertar o interesse e a responsabilidade dos educadores na identificação desses

estudantes, de forma que menos talentos sejam desperdiçados pela ignorância sobre o tema e, na educação infantil, promover também estudos sobre as fases do desenvolvimento infantil, processos de avaliação formativa e de desenvolvimento psicomotor, uma vez que, por se tratar de crianças muito pequenas, o foco esteja, predominantemente, naquelas que são alfabetizadas precocemente, desconsiderando outras áreas de habilidades e talentos.

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.
(Albert Einstein)

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S., & FLEITH, D. S. Superdotados: Determinantes, educação e ajustamento. 2ª. Edição. São Paulo: EPU, 2001.
- CENED org. Hiperatividade: Uma problemática da sala de aula. Educação Continuada. Brasília. S/D.
- COSTA, Valdelúcia Alves da. Políticas Públicas, Educação e Sociedade: Desafios da Inclusão. Coleção Neuroeducação – a relação entre saúde e educação. Rio de Janeiro: Wak, 2011 (p. 59-75).
- CUNHA, Eugênio. Práticas Pedagógicas para Inclusão e Diversidade. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- Currículo em Movimento da Educação Básica do DF. SEEDF. GDF. S/D.
- FLEITH, Denise de Souza. Atendimento e acompanhamento ao superdotado e sua família: a experiência do Distrito Federal. Brasília: UnB.
- FLEITH, Denise de Souza (org.). A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Volume 1-3. MEC. SEE. Brasília, 2007.
- GOLDSTEIN, Sam. Hiperatividade: compreensão, avaliação e atuação: Uma visão Geral sobre TDAH. Artigo: Publicação, 2006.
- GOLDSTEIN, Sam. Hiperatividade: como desenvolver a capacidade de atenção da criança. São Paulo: Papirus, 1998.
- MAIA, Heber (organizador). Necessidades Educacionais Especiais. Coleção Neuroeducação. Vol 3. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- Orientação Pedagógica. Educação Especial. GDF. Brasília, 2010.
- OUROFINO, Vanessa T. A. T. de & Fleith, Denise de S. (2005). Um estudo comparativo sobre a dupla excepcionalidade superdotação/hiperatividade. Aval. psicol., 4(2), 165-182.
- PAULINO, Carlos Eduardo. O Paradoxo da Dupla Excepcionalidade: Capacidade Acima da Média e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. UNIESP. São Paulo, 2012.
- PÉREZ, Susana Pérez Barrera. Inclusão para superdotados. Entrevista. Publicada na revista Ciência Hoje, 245 (Janeiro- Fevereiro/2008).

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos de educação. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez. Educação. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1 (52), pp. 75 - 121, jan/abr. 2004.

Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>).

SILVA, Ana Beatriz B. Mentas Inquietas: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade – Ed. Revista e Ampliada. Fontanar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

VIRGOLIM, Angela M.R. Altas Habilidades/Superdotação, Encorajando potenciais. MEC. Brasília, 2007.

Sites Pesquisados:

www.revistaescola.abril.com.br

www.scielo.br – acesso em 12/11/2015

<http://www.tdah.org.br> (Associação Brasileira do Déficit de Atenção – ABDA)

http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/denisefleith.htm

portal.mec.gov.br (documento orientador das classes multifuncionais) – acesso em 12/11/2015

<http://www.uniesp.edu.br/marilia/site/downloads/publicacoes/artigoOParadoxoDuplaExcepcionalidade04102012.pdf>

<http://anaalicesr.blogspot.com.br/2012/05/porcentagem-dos-disturbios-no-brasil.html>

<http://apahsdf.blogspot.com.br/p/historico-do-atendimento-ahsd-na-sedf.html>

Apêndice A

1. Entrevista:

Laura Ceretta Moreira Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, Universidade Federal do Paraná e Célio Yano - Especial para Ciência Hoje/PR - CIÊNCIA HOJE • v o l . 4 1 • n ° 2 4 5 – Jan/fev 2007

INCLUSÃO PARA SUPERDOTADOS - Susana Pérez Barrera Pérez

Quando se fala em educação inclusiva, logo se pensa na abertura de oportunidades para alunos com algum tipo de deficiência. Na contramão dessa linha de raciocínio, há o caso do superdotado, pouco lembrado pelos educadores. Diferentemente do que se imagina, os superdotados – indivíduos com altas habilidades – enfrentam sérios obstáculos nos estudos e precisam de atendimento especial desde o ensino básico. No Brasil existem cerca de 8 milhões de pessoas com capacidade cognitiva acima da média da população, segundo a Organização Mundial da Saúde. Embora esse número se assemelhe ao de pessoas com deficiência, o foco da educação especial sempre esteve no deficiente. Faltam professores especializados, problema que ocorre também no campo da pesquisa: o país dispõe de apenas seis doutores que centraram suas investigações na superdotação. A educadora Susana Pérez Barrera Pérez está prestes a se tornar a sétima doutora brasileira nessa área, mas é vista e respeitada como veterana até por seus professores. Ela ocupa hoje a presidência do Conselho Brasileiro para Superdotação e é consultora da Unesco no Núcleo de Atividades em Altas Habilidades e Superdotação do Rio Grande do Sul. Recentemente, em Curitiba, onde participou do 1º Seminário de Altas Habilidades e Superdotação, organizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pérez falou sobre o tema de sua especialidade em entrevista exclusiva à Ciência Hoje.

Por que a senhora se interessou pela educação de superdotados?

Esse interesse surgiu em 1996 a partir de uma necessidade pessoal. Tenho dois filhos superdotados. Essa constatação, naturalmente, gera grande ansiedade nos pais: “Meu filho é superdotado; o que vou fazer com ele agora?”. Meus filhos faziam perguntas em excesso às pessoas com as quais conviviam, e eu recebia muitas queixas da escola. Comecei então a investigar o tema e acabei me interessando profundamente por ele. Hoje trabalho sobretudo com isso.

Quais as dificuldades da escola para lidar com superdotados?

Por ter capacidade de assimilação acima da média dos colegas, a criança superdotada não consegue se concentrar nas aulas a partir de determinado momento. Ela fica entediada, desinteressada, e só quer fazer o que a diverte. Em geral o professor considera que o aluno está desmotivado. Ele não percebe que o interesse desse aluno está, na verdade, fora da escola. Não vê que o desinteresse provém justamente da incapacidade do mestre de propor algo que o estimule.

Que conduta os educadores de superdotados devem ter?

A literatura internacional sobre o tema registra várias metodologias. Em muitos países, é comum a compactação curricular: os conteúdos que o aluno já domina são comprimidos e aprofundados segundo o ritmo pessoal, para que a criança não tenha tempo ocioso. A dificuldade da adoção dessa abordagem no Brasil é que, se aqui já é difícil acompanhar os alunos em turmas ‘normais’, o que dizer de dar acompanhamento individual. A ‘aceleração’ é a abordagem mais conhecida: o aluno adiantado ‘pula’ um ano de seus estudos regulares. É uma prerrogativa da legislação brasileira, mas tenho reservas quanto a esse procedimento. Os alunos que são ‘acelerados’ podem ser prejudicados em sua socialização e na parte emocional, por terem se afastado de sua turma de iguais. O método do enriquecimento, bastante aplicado no Brasil, é mais adequado. O aluno com altas habilidades frequenta sua turma regularmente e no contra-horário recebe atendimento individual de um professor especializado, que irá trabalhar com projetos específicos. Ao voltar para a sala de aula, o aluno suporta o conteúdo que considera superado por ter uma motivação, uma espécie de ‘válvula de

escape'. Assim o superdotado não perde o contato com colegas da mesma idade nem o convívio em grupo.

As altas habilidades manifestam-se apenas no aspecto cognitivo?

Não. A ginasta Daiane dos Santos, por exemplo, tem alta habilidade na área corporal-sinestésica. Na área cognitiva, ela não precisa necessariamente ter o mesmo comportamento. Uma pessoa com altas habilidades se destaca por três características marcantes: tem capacidade acima da média em uma ou mais áreas específicas, mas é absolutamente 'normal' em outros campos; envolve-se demasiadamente com uma área – como o personagem do filme Billy Elliot [do diretor inglês Stephen Daldry, lançado em 2000], sobre um garoto cuja vida gira em torno da dança: ele dança no quarto, vai para a escola dançando, faz aulas de dança, lê sobre dança... –, algo muito próprio de pessoas com alta habilidade; possui elevado potencial para realizar coisas novas, criativas, na área em que tem capacidade acima da média. Muitas vezes não se consegue identificar claramente esses três atributos. Algumas pessoas não têm oportunidade de demonstrar sua criatividade ou de se envolver com seu aspecto mais desenvolvido.

Uma criança com alta habilidade que vive em ambiente desfavorável jamais terá condições de desenvolvê-la?

Não. Há uma combinação de fatores. Ocorre-me o caso de um adolescente de família pobre que não teve ambiente favorável para desenvolver suas habilidades, mas que chegou à faculdade. Decidiu ser físico. Como ele tem uma personalidade muito extrovertida, sempre pegou emprestado livros de vizinhos, conseguia se virar. A família nunca percebeu suas características especiais, mas ele tinha uma força interna muito grande. O desenvolvimento das altas habilidades é, sim, uma questão permeada por fatores ambientais, mas a personalidade influi muito.

Há muitos superdotados no Brasil?

Em 2006 atendemos cerca de 2.700 pessoas nessa condição. Mas as estatísticas oficiais refletem uma parcela muito pequena, diante da desinformação da população sobre o tema e da dificuldade de se identificar um superdotado. Estimativas da Organização Mundial da Saúde [OMS] revelam que a população brasileira de superdotados gira em torno de 3,5% a 5%, algo próximo a 8 milhões de pessoas. Mas é preciso esclarecer que esses números são obtidos com base em testes de QI, ou seja, refletem apenas superdotados na área cognitiva. De acordo com o psicólogo norte-americano Howard Gardner, existem pelo menos oito tipos de inteligência: lingüístico-verbal, lógico-matemática, visual-espacial, interpessoal, intrapessoal, musical, sinestésico-corporal e naturalista. Pesquisa recente da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades e à Superdotação mostrou que, no Rio Grande do Sul, 7,7% de indivíduos do ensino fundamental manifestaram altas habilidades, aí incluídos os diferentes tipos de inteligência. Não podemos afirmar com certeza, mas é provável que o quadro não seja diferente nos demais estados brasileiros.

Como é a pesquisa sobre altas habilidades no Brasil?

Em educação especial, ouve-se falar muito mais em deficientes do que em superdotados. Dados da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação mostram claramente essa disparidade. De 1971 para cá, há registro de um único trabalho sobre superdotação; sobre deficiência, algumas centenas. O país tem apenas seis doutores formados com foco em superdotação; o número de mestres não chega a 50 e, nos cursos de graduação, o tema 'educação especial' sequer é abordado. Embora no Brasil existam dois cursos de pós-graduação na área, eles estão voltados exclusivamente para estudos sobre deficiência.

O número de deficientes no Brasil é muito maior do que o de superdotados para justificar essa disparidade?

Segundo a OMS, 10% da população são de deficientes. Mas isso inclui todo tipo de deficiência: motora, visual, auditiva, mental, múltipla... Já o percentual de superdotados apenas no aspecto cognitivo é, como disse, de 3,5% a 5%. A diferença é, portanto, muito pequena e não justifica a falta de atendimento a superdotados.

Por que isso acontece?

O interesse da pesquisa reflete o preconceito que existe na sociedade. A própria legislação valoriza mais a inclusão de alunos com deficiência, e pouca gente reconhece que, como estes, o aluno com altas habilidades também precisa de educação especial. A ideia de que deficientes têm maior necessidade de atendimento especial é falsa. O que acontece é que a pessoa com deficiência, por possuir algo a menos, provoca na sociedade um sentimento de culpa. O superdotado, ao contrário, causa um misto de ódio e inveja, quando identificado, ou indiferença. No caso dos que se destacam na área artística ou esportiva, há, sim, valorização, mas os superdotados intelectualmente são considerados, na escola, como um aluno como os demais. A necessidade do deficiente é, de fato, mais evidente. É preciso dar reforço para o deficiente mental, adaptar a sala de aula para o cadeirante, criar material em braile para o cego... No caso das altas habilidades, não é necessário um recurso externo físico para que o estudante seja atendido. O que ele precisa é de uma adaptação curricular, de uma estratégia pedagógica diferenciada. Os superdotados não são identificados à primeira vista... O estereótipo do superdotado é o de um garoto branco, magro, de óculos e cheio de acnes. Características físicas nada têm a ver com altas habilidades. Diz-se também que há mais homens superdotados que mulheres, o que não é verdade. Gostaria de lembrar que os superdotados têm dificuldade para apresentar suas reivindicações à sociedade. Os portadores de deficiência vão para a rua se manifestar, exigir seus direitos, enquanto pessoas com altas habilidades não, devido ao preconceito. Quem é que chega e diz: "Sou superdotado, tenho meus direitos?" Quase sempre são os pais que procuram orientação, ao passo que no caso dos deficientes eles próprios fazem suas reivindicações. Pode parecer que não, mas politicamente isso tem um peso muito maior. Em uma sociedade mais esclarecida talvez alguns superdotados comecem a falar. Durante o 1º Seminário de Altas Habilidades e Superdotação, organizado pela UFPR, cartas escritas por superdotados foram lidas em público. A propósito, poucas universidades brasileiras se preocupam com o tema das altas habilidades. Na UFPR, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais estuda a possibilidade de atender alunos da universidade com altas habilidades. Isso é inédito no país. Uma criança, um adolescente, que enfrentou dificuldades no ensino médio e fundamental também as terá na universidade. Provavelmente boa parte dos alunos que abandonam a faculdade é de superdotados que perderam o interesse pelos estudos, que se frustraram porque o curso estava muito aquém do que esperavam.

Que trabalho tem sido feito para conscientizar as pessoas sobre superdotação?

Uma boa iniciativa nesse sentido são os Núcleos de Atividades em Altas Habilidades e Superdotação, os Naahs, da Unesco, que devem ser implantados em todos os estados brasileiros. Em cada núcleo, há uma unidade do aluno, uma do professor e outra da família, onde os respectivos interessados podem ser atendidos por consultores preparados. A dificuldade de disseminação desses núcleos pelo país decorre da falta de pessoas capacitadas para atuar como consultores. Sugerimos que esses profissionais prestem assistência a mais de um estado, mas a Unesco rejeita essa idéia.

Qual é o papel do Conselho Brasileiro para Superdotação?

A entidade defende os interesses de pessoas com altas habilidades. Em todo o Brasil há várias associações menores que atuam com o mesmo objetivo, normalmente formadas por pais que se organizam para resguardar os direitos dos superdotados. Foi a partir da pressão desses grupos que conseguimos alguns êxitos. Os próprios Naahs surgiram dessa demanda. Até 2000 havia uma entidade nacional com órgãos representativos em cada estado, mas isso não funcionou. As pessoas que continuavam interessadas se reuniram em Minas Gerais em 2002 e desse encontro surgiu a ideia de se criar o Conselho, que auxiliaria superdotados em todo o país. Sua fundação aconteceu no ano seguinte. Hoje temos uma demanda muito grande de pais que querem orientação, de profissionais que nos procuram em busca de material para pesquisa...

Há em outros países trabalho com superdotados considerado exemplar?

Na Espanha existe uma legislação específica para as altas habilidades. Nos Estados Unidos, quase todos os estados têm programas que selecionam alunos por meio de testes. Identificados, eles são retirados da sala de aula nos períodos em que os colegas trabalham com conteúdos que eles já dominam. Daí passam a receber atendimento específico na área

em que são 'especialistas', em uma turma mais adiantada ou em laboratórios de universidades. Em muitos países, utiliza-se a aceleração, mas em geral com oportunidades para o aluno fora da escola. Em países desenvolvidos há métodos que envolvem práticas em laboratório, coisa que não temos por aqui.

De que forma isso poderia ser implementado no Brasil?

Por meio de parcerias, acredito. Um aluno do ensino fundamental não tem acesso a laboratórios que o estimulem a estudar. Isso só está disponível em universidades. Uma articulação do ensino básico com o ensino universitário é, portanto, fundamental.

Escolas específicas para superdotados não seriam uma solução?

Felizmente não há escolas especiais para superdotados no Brasil, onde nenhuma experiência deu certo. Houve uma rejeição às instituições de ensino que lançaram mão dessa metodologia, pois as crianças não se adaptaram a elas. Nessa circunstância, era a própria escola que segregava. A inclusão, buscada como um paradigma dentro da educação especial, também deve ser levada em conta no que diz respeito às altas habilidades. Portanto, esse aluno não pode ser discriminado. Em turmas formadas apenas por superdotados, a criança se sente diferente das demais, no sentido de que ela é 'melhor'. Mas isso, no fundo, tem um aspecto negativo, pois a sociedade olha para a turma, e para cada aluno, de forma diferenciada.

A senhora falou do tratamento dado à superdotação pela escola pública no Brasil. Como o nosso ensino privado trata a questão?

Se, por um lado, as escolas particulares têm uma estrutura mais adequada para o aluno superdotado, com laboratórios e materiais práticos, por outro, há um esforço ainda menor para identificá-lo. Em atendimento à nossa legislação, essas instituições também são obrigadas a prestar atendimento especial, mas novamente elas se voltam apenas para a deficiência. No Rio Grande do Sul temos recebido muita queixa de pais de alunos de escolas particulares que não recebem atenção especial. Há casos curiosos, entretanto. Em uma escola, os alunos tiveram que escrever um livro ao longo do ano. As crianças com altas habilidades, mesmo não identificadas, puderam então se envolver com uma atividade que permitia seu desenvolvimento, sem discriminação. E ficaram, portanto, muito interessadas.

Nossos professores estão preparados para esse tipo de abordagem?

Não. A formação de profissionais em condições de lidar com superdotados é muito precária. Pedagogos recém-formados nas melhores faculdades do país nunca ouviram falar em atendimento especial para crianças com altas habilidades. Temos procurado pressionar o governo no sentido de sensibilizá-lo. E tem dado certo. A iniciativa do MEC [Ministério da Educação] de debater a diversidade inclui as altas habilidades. Então, quando um município organiza um curso de formação de professores com recursos do MEC, ele deve obrigatoriamente abordar as altas habilidades. Em geral o tema recebe menos horas, mas ao menos o público ouve falar dele. O professor percebe então que já teve de lidar com superdotados em algum momento e começa a prestar mais atenção em seus alunos.

Apêndice B

1. Questionários:



Ministério da Educação
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Coordenador de Orientação: Márcio Ferreira
Professora Orientadora: Rita Silvana Santana dos Santos
Tutora Orientadora: Lucilene Costa e Silva
Cursista: Zilda de Souza Costa

Este questionário faz parte da pesquisa “Currículo e Diversidade no Contexto Escolar: Educação Inclusiva - Intervenções do Coordenador Pedagógico na Identificação e Encaminhamento de Crianças com Características de Altas Habilidades/Superdotação”, para obtenção do título de especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília.

OBJETIVO: investigar a importância das intervenções do coordenador pedagógico na identificação e encaminhamento das crianças com características de altas habilidades/superdotação. Suas respostas são confidenciais, portanto, não é necessário se identificar.

Questionário para Coordenadora Pedagógica e Professoras

1. Formação acadêmica e tempo de serviço na área de educação:

2. Tem curso na área de educação inclusiva? Se a resposta for positiva, em quais áreas? _____

3. A escola promove momentos de estudos sobre educação inclusiva?

() SIM () NÃO

Você participou do momento de estudo sobre AH/S promovido este ano?

() SIM () NÃO

Contribuiu para o seu entendimento do assunto?

() SIM () NÃO

4. Que conhecimento você tem sobre altas habilidades/superdotação (características, teóricos, legislação, currículo)?

5. Você tem conhecimento da teoria dos três anéis de Joseph Renzulli?

() SIM () NÃO

6. Quais características de altas habilidades/superdotação você já identificou ou identifica em seus alunos?

7. Você consegue perceber alguma semelhança entre as características de alunos com TDA/H e AH/S?

() SIM () NÃO

8. O NAAHS/DF realiza o diagnóstico e atendimento suplementar a alunos com AH/S. Em sua opinião, o atendimento educacional especializado é necessário para os alunos com características de AH/S?

() SIM () NÃO

9. Como o coordenador pode colaborar na identificação, encaminhamento e acompanhamento pedagógico dessas crianças, especialmente, na educação infantil?

10. Faça um breve comentário de como você percebe o processo de inclusão nas escolas do DF e na escola onde você trabalha:

Muito Obrigada!!!



Ministério da Educação
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Coordenador de Orientação: Márcio Ferreira
Professora Orientadora: Rita Silvana Santana dos Santos
Tutora Orientadora: Lucilene Costa e Silva
Cursista: Zilda de Souza Costa

Este questionário faz parte da pesquisa “Currículo e Diversidade no Contexto Escolar: Educação Inclusiva - Intervenções do Coordenador Pedagógico na Identificação e Encaminhamento de Crianças com Características de Altas Habilidades/Superdotação”, para obtenção do título de especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade de Brasília.

OBJETIVO: investigar a importância das intervenções do coordenador pedagógico na identificação e encaminhamento das crianças com características de altas habilidades/superdotação. Suas respostas são confidenciais, portanto, não é necessário se identificar.

Questionário para Orientadora Educacional, Gestora e Psicólogo Educacional

1. Formação acadêmica e tempo de serviço na área de educação:

2. Tem curso na área de educação inclusiva? Se a resposta for positiva, em quais áreas? _____

3. A escola promove momentos de estudos sobre educação especial?

SIM NÃO

4. Você tem conhecimento se o PPP da escola apresenta questões relevantes sobre a educação especial?

SIM NÃO

-
-
-
5. Como é realizado o atendimento feito por você e pela equipe psicopedagógica aos alunos que são encaminhados para avaliação? Existe esse olhar da possibilidade de AH/S?

6. Que conhecimento você tem sobre altas habilidades/superdotação (características, teóricos, legislação, currículo)? Há alunos na escola com essas características?

7. Você consegue perceber alguma semelhança entre as características de alunos com TDA/H e AH/S?

() SIM

() NÃO

8. O NAAHS/DF realiza o diagnóstico e atendimento suplementar à alunos com AH/S. Em sua opinião, o atendimento educacional especializado é necessário para os alunos com características de AH/S?

() SIM

() NÃO

9. Como o coordenador pode colaborar na identificação, encaminhamento e acompanhamento pedagógico dessas crianças, especialmente, na educação infantil?

10. Faça um breve comentário de como você percebe o processo de inclusão nas escolas do DF e na escola onde você trabalha?

Muito Obrigada!!!